

AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS, CULTURAIS E POLÍTICAS NO NORTE DE GOIÁS

José Manoel Miranda de Oliveira
UFT/UFU

GT 2: Novas Identidades Urbanas e construção de subjetividades

RESUMO

No contexto desta pesquisa, primeiro objetivo foi analisar as transformações ocorridas nos espaços de Goiás na perspectiva de criação de um novo território de poder, o segundo objetivo teve como objeto, as políticas de consolidação e ocupação da região norte por meio da expansão urbana. Outro fator importante foi a busca de entendimentos sobre os grupos autonomistas e separatistas do norte de Goiás. Com essas intervenções, o grupo que assumiu o primeiro governo do Tocantins, imediatamente, os objetivos da construção de Palmas foram revelados. Diante das contradições, o problema deste artigo é provar por meio de estratégias lógico-dialéticas que a criação, construção e ocupação de Palmas foram desenvolvidas como objeto de consolidação política do Estado do Tocantins.

Palavras-chave: Tempo; Espaço; Poder; Cidade.

1. As transformações espaciais e a construção de um novo território¹

Considerando que a pesquisa foi construída a partir dos pressupostos do método lógico-dialético numa perspectiva exploratória, os primeiros resultados saíram do âmbito da história separatista da região norte de Goiás, trabalhados a partir das teorias ligadas ao pensamento histórico e geográfico brasileiro. A compreensão do processo separatista defendido pelas correntes organizadas por representantes ou descendentes das famílias mais influentes das cidades tradicionais da região Norte era cimentada por uma variedade de tendências culturais, religiosas e políticas. Essa miscigenação de ideias emperrava a construção de uma identidade hegemônica entre as principais correntes ligadas ao separatismo do norte goiano.

A fragmentação do pensamento separatista do norte dificultava a construção de uma ação mais pragmática voltada para a criação de um Estado na região. Um exemplo dessa fragmentação era a divisão do pensamento separatista entre as lideranças das cidades mais tradicionais e as lideranças das cidades que nasceram às margens da Rodovia Belém-Brasília, depois BR-153. Além disso, as divergências se estendiam às lideranças das cidades mais antigas, neste trabalho foram denominadas de tradicionais. Entre as tradicionais, havia as mais influentes da margem direita e as da margem esquerda do rio Tocantins. As divergências entre as lideranças nos municípios refletiam na composição dos poderes de decisão em Goiânia e Brasília.

Por isso, os grupos que reivindicavam a separação da região Norte do Estado de Goiás caminharam sem uma definição hegemônica até meados dos anos 1960. De 1970 em diante, surgiu uma nova proposta para a criação do Estado do Tocantins, liderada pelas correntes políticas localizadas nas cidades que se formaram sob a influência da Rodovia Belém-Brasília. Assim, as frações de

¹ Este trabalho faz parte dos conteúdos desenvolvidos em minha tese de doutoramento defendida na UFU, em 2012, sob a orientação do Professor Doutor William Rodrigues Ferreira, com o tema: **ESTRATÉGIAS SEPARATISTAS E ORDENAMENTO TERRITORIAL: a criação de Palmas na consolidação do estado do Tocantins.**

migrantes das cidades novas, a partir de 1960, começaram a se eleger para os poderes local, regional e nacional. Daí em diante esses grupos passaram a buscar espaços para ampliar as discussões visando à massificação da criação de uma nova unidade federativa no imaginário da população de Goiás, a partir da conquista da autonomia política da região Norte. Desse processo, nasceu um movimento mais pragmático em termos dos objetivos da criação do Estado do Tocantins. Para isso, elegeram como lema o conceito de autonomia pregado por Teotônio Segurado que tinha sido Desembargador, Ouvidor e Deputado da Coroa Portuguesa na região norte de Goiás, durante o Segundo Império.

Nestes termos, os migrantes das novas cidades, imediatamente, percebiam os vazios nos espaços de poder. Diante dessas lacunas, politicamente tratavam de criar as estratégias para ocuparem os espaços de poder na região. Assim, essas estratégias nascem sob a liderança do migrante Siqueira Campos, com o propósito de unir todas as tendências existentes junto às ideias de autonomia difundidas por Teotônio Segurado. Com a introdução do novo grupo, o movimento separatista assume a bandeira autonomista sem se dar conta da perda da sua identidade cultural e política. A partir dessas estratégias, o movimento autonomista estruturou uma linguagem para enfraquecer o poder das lideranças mais expressivas de Goiás na região e, por outro lado, conquistar a adesão da população, visando à criação do Estado do Tocantins no imaginário das pessoas.

Assim, em 1988, a Constituinte aprovou a divisão de Goiás para a implantação do Estado do Tocantins, que começa a ser estruturado em 1989, a partir da eleição do primeiro governador. Nestes termos, o objeto desta pesquisa foi demonstrar que a consolidação do Estado do Tocantins, em termos econômicos, políticos e culturais, foi efetivada por meio de uma série de intervenções públicas e privadas caracterizada por uma política de expansão urbana, tendo a criação e construção de Palmas como referência.

Em termos históricos, o poder, o desenvolvimento, a evolução cultural e social do homem sempre estiveram ligados à transformação, à dominação e à criação de territórios. Nesta pesquisa, a dominação e as transformações dos territórios foram tratadas como intervenções e as resultantes das intervenções como objeto de ocupação dos espaços, e estes como elementos constituintes das cidades, da urbanização, enfim, da consolidação das estruturas de poder. Desta forma, as teorias de Habermas (1984), Santos (1996, 2007, 2008), Lefebvre (1991), Carlos (2004), Villaça (2001) abrem espaços para o entendimento da cidade como lócus das influências determinantes no desenvolvimento de uma sociedade. Porém, no universo da pesquisa, o objeto desenvolvido foi à cidade constituída como capital, como sede do governo, conforme demonstra Penna (2002), como centro diretor da vida política e, frequentemente, da vida econômica e cultural de uma sociedade. Por isso, a cidade capital ocupa uma posição estratégica diante da sua condição centrípeta.

Diante da representação dada à capital como o centro de desenvolvimento e atração, a cidade acaba se tornando em objeto de consolidação territorial por meio do poder de liderança exercido por fundadores ou promotores de mudanças dos espaços de poder. No Brasil, a mudança do centro de poder é uma resultante das necessidades de alteração ou consolidação de um perfil de liderança. Assim, a mudança do espaço da capital, na maioria dos casos, resulta na criação e construção de uma nova cidade. A história de construção de cidades planejadas para serem sedes dos poderes regionais foi constituída pelas experiências das seguintes capitais: Teresina, capital do Estado do Piauí; Aracaju, capital de Sergipe, Belo Horizonte, construídas para atender às necessidades urbanas, políticas e econômicas dentro da evolução das esferas públicas e privadas. Contudo, Goiânia e Brasília foram as capitais que mais ofereceram subsídios para as discussões processadas, diante das peculiaridades geográficas e políticas destas cidades com a criação e construção de Palmas Tocantins.

Goiânia foi construída para destruir os poderes das oligarquias mais antigas de Goiás e legitimar o poder de Pedro Ludovico. Com esses objetivos, em 1933, dá-se início à construção da nova capital, que foi inaugurada em 1937. Portanto, Goiânia foi um projeto estrategicamente pensado de 1930 a 1945, de acordo com as diretrizes do governo de Getúlio Vargas, voltado para um projeto de

nacionalidade. Conforme Manso (2001), baseado em três metas programáticas uma nova ordem político-administrativa, uma nova ordem produtiva e uma nova ordem territorial e urbana. Por estes princípios, o governo pretendia criar uma nova ação integrada entre o Estado e a produção de espaços. Dentro dessas diretrizes, Pedro Ludovico criou e construiu uma cidade para ser a capital de Goiás, consolidando seu poder sobre as outras lideranças de Goiás. Nessa perspectiva, as análises indicaram que a construção de Goiânia possibilitou a consolidação de Ludovico como líder máximo da política em Goiás, de 1930 a 1964, quando foi cassado pelo golpe dado pelos militares. De outro lado, projetou a região Centro Oeste como um espaço promissor para a produção, consumo e migração. Em termos, a consolidação parcial da região Centro Oeste foi reproduzida no governo de JK, quanto ao ideário de mudança do centro de poder para o Planalto Central.

As necessidades e a determinação da construção de Brasília caminharam na direção de consolidação da figura de Juscelino Kubistchek como político nacional. Essa necessidade surgiu a partir da sua eleição quando a oposição tentou inviabilizar a posse de JK pelo fato de ele ter sido eleito com menos votos do que o vice-presidente eleito João Goulart, o Jango. Com esse impasse, antes da posse, JK teve que replanejar o seu governo dentro de uma lógica de metas e desenvolvimento voltada para a materialização dos espaços vazios da região Centro Oeste em direção à região Norte, visando à ampliação da economia por meio da expansão urbana e da produção de automóveis. Assim, o ideário de mudança da capital federal para o Planalto Central, iniciado no Império, foi legitimado por JK. Com Brasília, o governo JK saiu de uma condição periférica para uma condição nacional. Essa projeção deu a JK a possibilidade de se candidatar e ser eleito por qualquer Estado Brasileiro. Diante disso, logo após deixar a presidência, JK foi eleito Senador da República por Goiás.

As análises das teorias e das amostras sobre os objetivos que levaram o primeiro governador do Estado do Tocantins a criar e construir uma capital em um Estado com as características do Tocantins demonstram as mesmas necessidades que levaram Pedro Ludovico e JK a construir cidades para serem capitais. Contudo, mesmo que Goiânia, Brasília e Palmas tenham características próprias, os objetivos são muito próximos se considerarmos os processos geopolíticos, o perfil das intervenções processadas nos territórios para a produção e a ocupação dos espaços. Todos esses elementos tiveram uma proximidade caracterizada por cada época em que cada situação ocorreu. Em se tratando de geopolítica, a construção de Palmas seguiu os mesmos propósitos das outras capitais construídas na região Centro Oeste, proporcionando o desenvolvimento social, político e econômico da região do então norte de Goiás.

Assim, a geografia, na sua lógica, totalidade e dialética, caracteriza um processo que conjuga as contradições e necessidades do homem em todas as suas dimensões históricas e espaciais. A geografia é, então, uma atividade política entranhada na totalidade da organização social independente da evolução econômica e cultural. Considerar a geografia na sua unidade dialética com a sociedade capitalista é considerá-la no processo das relações de classe, enquanto essas são determinadas, em última instância, pelas relações de produção e pelos interesses econômicos cravados no movimento de apropriação de um território com a finalidade de transformá-lo inicialmente em espaços públicos, para em seguida serem privatizados por meio da sua urbanização.

Assim, a geografia e sua análise, devem ter como ponto de partida sua presença, conforme Kant (1958) imanente numa totalidade histórica e social. Desta forma, essa totalidade se manifesta nas transformações decorrentes nos espaços com a finalidade de controle da identidade territorial na perspectiva de construção de novos espaços de poder político-econômico. Essas foram as principais contradições postas nas discussões sobre a criação do Estado do Tocantins e sobre a construção de Palmas.

2. A estruturação de um espaço de poder

Em termos políticos, as categorias espaço e tempo são difundidas pelas sociedades burguesas capitalistas como instância de definição das relações de produção e acumulação. Conforme Santos (2007), ideologicamente, o tempo e o espaço, ao serem tratados como objetos empíricos, passam a representar as relações predominantes em sociedades capitalistas, impostas pelas intervenções caracterizadas pelo sistema produtivo, representada pelos espaços urbanos. Por sua vez, “essa condição é explicado por Max Weber a partir das categorias de racionalização ou de cálculo racional” (SANTOS, 2007, p. 67). Daí a primitiva representação do espaço transformado, no entendimento de Kant (1958, p. 36), acontecer em meio a uma “representação a priori e não por meio de um conceito”. Dessa forma, o espaço do então norte de Goiás pode ser entendido de forma simultânea diante das características existenciais das condições urbanas em sociedades que se realizam culturalmente na configuração de um espaço lento diante da forma existencial dos mecanismos de produção capitalistas. Essa era a configuração da produção nos espaços da então região Norte de Goiás. Contudo, para a análise feita para a compreensão das contradições, partiu-se das intervenções nos espaços como objeto gerador de desenvolvimento que consideram a construção ou reconstrução de territórios. Portanto, o desenvolvimento só é possível por meio da intervenção humana nos espaços. Em relação a isso, Kant (1958, p. 38) diz que

Não podemos, pois, falar de espaço, de seres extensos, etc., senão debaixo do ponto de vista do homem. Nada significa a representação do espaço, se saímos da condição subjetiva, única sob a qual podemos perceber a intuição externa, quer dizer, ser afetados pelos objetos.

Diante dessa condição, o espaço não pode ser entendido como um conceito meramente abstrato, discursivo ou tangível, mas como uma categoria que define a existência universal e particular das sociedades, pois não há humanização sem uma elaboração *a priori* para uma posterior interferência no espaço. Para Kant, a representação social só é perceptível por meio de uma intuição pura trabalhada e compreendida como um objeto da existência dos fenômenos envoltos ao desenvolvimento político, social e econômico. Portanto, uma práxis transformadora e geradora da possibilidade para se criar e modificar a essência do espaço em existência. Por isso,

O espaço é essencialmente uno; a variedade que nele achamos, é, conseqüentemente, o conceito universal de espaço em geral, fundam-se unicamente em limitações. Daqui se segue que o que serve de base a todos os conceitos que temos de espaço, é uma intuição “a priori” (que não é empírica). (KANT, 1958, p. 35).

Então, pode-se dizer que o espaço pode também ser representado como uma grandeza matemática ou geométrica diante da sua importância como fenômeno político e social, distinto, caracterizado pelas condições de vida em um determinado espaço. Considerando esses aspectos, no Tocantins, na transformação do espaço em mercadoria, ocorreu a negação do espaço como objeto social no momento em que o espaço foi transformado em apêndice para a construção de um poder político e econômico, sem que os ocupantes desses espaços percebessem.

3. A (re)configuração dos espaços político-econômico na região norte de Goiás

Com a finalização das análises das fontes primárias e secundárias, sobre o processo de consolidação territorial, econômica e política do Estado do Tocantins, resultantes das ações desenvolvidas para a criação e consolidação do Estado. Assim, as sucessivas intervenções montadas pelos migrantes das cidades novas construídas às margens da Rodovia Belém Brasília visa à ocupação dos espaços vazios de poder no norte de Goiás. Ao perceberem os vazios de poder existente na região Norte de Goiás, logo os migrantes se organizaram para institucionalizar as intervenções por meio da massificação da ideia de ocupação e criação de um território de poder particularizado, privatizado do ponto de vista da expansão e construção dos espaços.

A população da cidade de Colinas de Goiás, depois Colinas do Tocantins, elege nos anos 1960, para vereador, o migrante Siqueira Campos, que utilizou como bandeira a luta pela autonomia política da região. Estribada nas estratégias de autonomia da região, em 1970, se elege deputado federal. Com o sucesso obtido nas duas primeiras eleições, Siqueira Campos reforça as suas convicções de criação do Estado do Tocantins, associando à plataforma política na eleição de deputado federal, o caráter histórico do abandono provocado pela ausência do Estado de Goiás na região norte, responsabilizando as oligarquias goianas e seus remanescentes. A massificação desse discurso possibilitou a montagem de uma convergência política entre as correntes separatistas para a posterior formação de uma proposta única para viabilizar a divisão do Estado de Goiás. No primeiro momento, os autonomistas escamotearam a ideologia do grupo para facilitar a aproximação dos grupos separatistas, conquistar a confiança da população e evitar confrontos com a ideologia do regime implantado em 1964.

Os autonomistas tomaram como objeto de sustentação do grupo, as ideias de Teotônio Segurado. As estratégias direcionadas à autonomia da região norte de Goiás deveriam prevalecer sobre os interesses separatistas discutidos em outras regiões. Com a introdução do conceito de autonomia, iniciado no Segundo Império, Teotônio manteve os seus interesses e os da Coroa Portuguesa, não provocando discordâncias com o Governo Geral da Capitania de Goiás. Seguindo as táticas de Teotônio, os grupos independentes, os separatistas históricos e os remanescentes se uniram em torno do discurso autonomista herdado do Ouvidor português para a montagem e a difusão do conceito de autonomia da região Norte.

Montagem de uma forte estrutura de *marketing* apoiada pelos maiores veículos de rádio, televisão e jornal com penetração na região Norte com o objetivo de criar simbolicamente o Estado do Tocantins no ideário da população do sul e do norte de Goiás. A intenção dessas campanhas publicitárias era convencer a população de Goiás que a criação do Estado do Tocantins seria bom para a população do norte e melhor para a região sul, que se livrava do ônus da manutenção da região diante das diferenças estruturais da economia e da cultura das duas regiões.

Montagem de uma comissão envolvendo representantes dos três poderes, iniciativa privada, igrejas, movimentos interessados na autonomia política do Norte. Essa comissão tinha a atribuição de promover seminários, palestras e acompanhar as reações dentro e fora da região e elaborar documentos, artigos, livros, enfim, colocar as discussões da autonomia em todas as camadas e organizações na região, Goiânia e Brasília.

Montagem e apresentação de uma sequência de projetos de criação do Estado do Tocantins, associado a uma forte comoção estruturada em um discurso de superação do atraso em que vivia a população nortista. Diante da forte comoção criada em torno das propostas de divisão de Goiás e das barganhas entre as bancadas no Congresso Nacional, o grupo liderado pelo Deputado Siqueira Campos teve o seu projeto de criação do Tocantins aprovado, mesmo sabendo que a proposta seria vetada pelo então Presidente José Sarney.

A partir dos vetos, o grupo reorganiza o último projeto vetado pelo Presidente da República para introduzi-lo na pauta das comissões criadas para discutirem a divisão territorial do país. Das Comissões, o projeto de criação do Tocantins foi incluído na pauta da Assembleia Nacional Constituinte, sendo o único aprovado em 1988. O grupo liderado por Siqueira Campos procurou manter os mesmos propósitos de isenção partidária para não inviabilizar a sua eleição como o primeiro governador do novo Estado. Com esse propósito, Siqueira Campos foi eleito primeiro governador para um mandato tampão de dois anos. Como governador, procurou estruturar o território e os poderes constituídos, utilizando estratégias para consolidá-lo politicamente como o criador do Estado do Tocantins. Essas estratégias foram materializadas a partir das experiências da fundação de Goiânia por Pedro Ludovico Teixeira e Brasília por Juscelino, em acordo com uma lógica de progresso e desenvolvimento econômico, tendo como objeto indutor a expansão urbana caracterizada na construção de uma capital administrativa para o Estado.

A ocupação dos cargos e funções nos aparelhos de Estado e do Plano Diretor da capital foi efetivada em uma perspectiva de consolidação política da figura do primeiro governador como criador do Estado do Tocantins e construtor de Palmas. Para consolidar o Estado e Palmas, o governo empreende diversas campanhas para atrair migrantes para ocupar os espaços da capital em meio à construção da cidade. Ao processo de ocupação dos espaços urbanos, o governo institui uma política de construção de uma nova identidade cultural, econômica e política, construindo alegorias, disseminando fatos e mitos pouco representativos à história da então região norte de Goiás.

O primeiro governador, ao se distanciar da campanha eleitoral do candidato indicado pelo seu partido para disputar o segundo mandato de governador, deixa entender que a sua opção era eleger um opositor para facilitar a sua volta ao governo. O segundo governador, ao optar por uma política de distensão dos projetos inacabados do primeiro governo, incluindo Palmas e a tentativa frustrada de revisão das privatizações realizadas, fortalece politicamente o primeiro governador, que se reelege para um segundo mandato, colocando como prioridade a consolidação do Estado e da capital. No meio do segundo mandato, Siqueira Campos foi beneficiado pela aprovação do instituto da reeleição. Nesse meio, Eduardo Siqueira Campos se elege como o primeiro prefeito eleito da capital, considerando que o primeiro prefeito foi objeto de um arranjo político que resultou na transferência dos poderes executivo e legislativo do município de Taquaruçu para Palmas. Depois da aprovação da lei instituindo a reeleição para o executivo, Siqueira Campos conquista o seu terceiro mandato de governador utilizando os mesmos argumentos empregados para dividir o Estado de Goiás, desta vez associado a um projeto de modernização da economia do Estado, colocando Palmas como referência.

Legitimar Palmas como a “cidade das oportunidades e o Tocantins como o Estado do livre iniciativa e da justiça social”. Esse processo teve o impacto da construção da hidrelétrica de Lajeado, ficando o Plano Diretor de Palmas com a maior extensão do seu solo banhado pelas águas do Lago. Em seguida, veio a construção da ponte sobre o Lago ligando Palmas à cidade de Paraíso, através do município de Porto Nacional. Com o Lago, Palmas passou a ser tratada nas campanhas do governo, como uma cidade sustentável e agradável para se viver. Embutido na campanha o governo promovia a venda de terrenos urbanos nos grandes centros do país.

4. Conclusão

Enfim, a partir dessas estratégias conclui-se que a criação e a construção de Palmas foi importante para a consolidação do estado em termos político, econômico e cultural. O projeto da capital do Tocantins foi estruturado em um cenário difuso de interesses culturais, políticos e econômicos, corroborados por gestores, projetistas, empresários do ramo de construção civil, concessionárias do ramo de geração e distribuição de energia elétrica e por migrantes pioneiros. Logicamente, todas as categorias, cada uma na sua especificidade foram importantes para a construção

e estruturação de Palmas como objeto de consolidação do Estado do Tocantins. Portanto, a pesquisa foi desenvolvida a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da lógica-dialética, situando as estratégias separatistas e o ordenamento territorial como problema e a criação de Palmas na consolidação do Estado do Tocantins como objeto empírico.

5. Referências bibliográficas

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “ilusão” da transparência do espaço e a fé cega no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. **Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente**, v. 1, n. 1, 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 123 p.
- HABERMAS, Jürgen. **A mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397 p.
- KANT, Emmanuel. **Crítica da Razão pura**. 3. ed. São Paulo: Edições e Publicações Brasil Editora S. A., 1958. 246 p.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 230 p.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 244 p.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991. 145 p.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar**. Goiânia: Edição do Autor, 2001. 266 p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005. 154 p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas – espaço, cultura e política no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 158 p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009. 152 p.
- PENNA, José Osvaldo de Meira. **Quando mudam as capitais**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 460 p.
- SANTOS, Milton. **Economia Espacial: crítica e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 204 p.
- SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 232 p.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. Ed. São Paulo: EDUSP, 2007. 176 p.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico**. 5. Ed. São Paulo: Edusp, 2008. 176 p.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001. 373 p.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 6. ed. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1986. 232 p.